

# Segundo turno, a busca da Carta perfeita

BRASÍLIA — Dentro de um mês, terminada a votação do Título VIII e das Disposições Transitórias e cumpridos todos os prazos para que tenha início a votação definitiva do projeto de Constituição, no segundo turno, a palavra não poderá transformar-se em personagem principal do drama constitucional. Inúmeros parlamentares defendem a tese de que, só cabendo emendas

supressivas na nova fase, também essa palavra é passível de ser eliminada, alterando substancialmente os dispositivos emendados.

Esta é, no entanto, só uma das fórmulas estudadas pelo Centrão — o maior interessado no segundo turno pois perdeu significativas votações no primeiro —, pelo Governo e pelos

"progressistas". Quem parece ocupar-se menos com possíveis supressões é a Liderança do PMDB. Um dos seus Vice-Líderes, Antônio Brito (RS), chega a dizer: "Ganhamos tudo. Vamos suprimir o quê?"

O esquema mobilizado pelo Governo federal envolve a análise pelos Ministérios dos pontos que o Executivo julga necessário

modificar. Feito isto, os parlamentares afinados com a posição do Governo receberão as emendas e as encaminharão à Mesa. Em todo o caso, as propostas principais são conhecidas: garantir o mandato de cinco anos para o Presidente, alterar a reforma tributária que beneficia Estados e Municípios em detrimento da União e eliminar o turno de trabalho de seis horas cor-

ridas, que cria problemas operacionais, por exemplo, para a Petrobrás.

O Presidente da Assembléia, Deputado Ulysses Guimarães, é otimista. Ele crê que os trabalhos terminarão logo, talvez em questão de semanas. Seus críticos acham que uma das suas previsões terminará por mostrar-se correta, a de que a nova Carta será promulgada em 7 de

setembro. Só que Ulysses propusera a data para o ano passado.

Enquanto isto, um único homem parece permanecer tranquilo em toda a Constituinte: o assessor da Secretaria Geral Mozar Viana, que todos os dias recolhe os textos aprovados e, metodicamente, os guarda. Nenhum jamais sumiu, em mais de um ano de funcionamento da Assembléia.

## Reavaliação, argumento de todos

BRASÍLIA — Inconformados com a maioria das matérias já votadas, os Líderes do Centrão são os principais interessados no segundo turno de votação do plenário da Constituinte. Limitados pelo Regimento ao recurso da emenda supressiva, procurarão eliminar os dispositivos que contrariam suas teses, geralmente voltadas para a defesa da iniciativa privada e a condenação da presença do Estado na economia. Tentarão ainda, por meio de supressões parciais, modificar o conteúdo de alguns artigos — segundo seus líderes aprovados em clima emocional —, conscientes no entanto de que encontrarão resistências. A Liderança do PMDB caberá a dura responsabilidade de garantir as conquistas do primeiro turno.

Os principais Vice-Líderes, Antônio Brito (RS), Euclides Scalco (PR) e Nelson Jobim (RS), dizem que o partido não se ocupou, até o momento, de analisar as possíveis supressões:

— Ganhamos tudo. Vamos suprimir o quê? O departamento de supressões é lá do outro lado — ironiza Brito, referindo-se à bancada do Centrão, localizada do outro lado do plenário.

Ele afirma que o PMDB não propôs sequer a supressão do dispositivo que impede desapropriar de terras produtivas para fins de reforma agrária.

— Esta nunca foi a nossa intenção. Talvez o PT e o PC do B tenham, mas não o PMDB.

Seu partido queria um tratamento diferenciado para terras produtivas, mas não há como garanti-lo através de emendas supressivas.

Questionados sobre a conduta do grupo no segundo turno, os principais líderes do Centrão apontam, sem titubear, uma enorme lista de artigos a serem suprimidos. A ela são acrescentadas por cada um, outras sugestões, que atendem às ansiedades de seus eleitores. Para evitar concentração de esforços em determinados temas, que resultaria no desperdício de emendas individuais, os líderes centristas dedicam-se a fazer um levantamento geral e



Afif: debater juro sem emotividade

minucioso dos dispositivos a suprimir.

Além disso, explica o Deputado Afif Domingos (PL-SP), o grupo vai identificar os pontos em que, politicamente, cabe uma revisão:

— Existem alguns que são, tecnicamente, passíveis de revisão, mas que não encontram condições políticas para isto.

Entre os últimos, destaca o turno ininterrupto de seis horas, que "comprovadamente prejudica o trabalhador", e o direito irrestrito de greve, que "pode levar à greve selvagem". Considera também importante suprimir a contribuição sindical obrigatória, embora reconheça ser difícil.

— É do interesse do peleguismo patronal e dos trabalhadores.

Afif acha igualmente necessário um debate sem paixões sobre a eficácia do tabelamento dos juros:

— Vamos tentar, junto com o Deputado Fernando Gasparian (autor da emenda), realizar um seminário sobre o tabelamento. Todos nós queremos reduzir os juros, mas precisamos saber o meio mais eficaz de fazer isso. A verdade é que não houve uma discussão técnica, acadêmica, sobre o assunto. O debate foi emoti-



Bonifácio: extinguir a "Sanguebrás"

vo.

O Deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG) tem duas preocupações particulares, não citadas pelos demais líderes do Centrão. Quer acabar com a "Sanguebrás", cuja fundação prevê inevitável como consequência da proibição da venda de sangue e derivados, e com "a gratuidade do ensino para os ricos", garantida pela gratuidade do ensino em todos os níveis. Andrada acha que as famílias ricas devem pagar a universidade para seus filhos.

O desejo do Deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) é suprimir os itens que determinam contratos de direito público para a contratação de hospitais privados pelo Sistema Único de Saúde. Opõe-se ainda a que os Prefeitos tenham direito de intervir em estabelecimentos particulares de saúde.

Mais tranquilo, consciente da inferioridade do Centrão, o Senador Jarbas Passarinho (PDS-PA) não tentará eliminar o dispositivo que nacionaliza a exploração e a pesquisa mineral. Vai apenas sugerir a exclusão da pesquisa, pois acha que esta deve permanecer aberta ao capital estrangeiro. Cita dados do Departamento Nacional de Produção Mine-



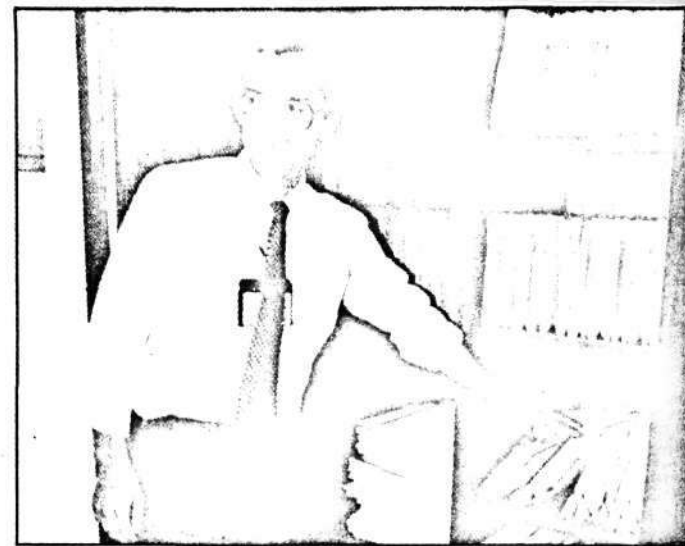
Passarinho: abrir pesquisa mineral

ral, provando que só 1 por cento do território brasileiro está sendo pesquisado e afirma não existirem recursos suficientes no País para arcar com ela.

O Palácio do Planalto dará especial atenção, através do seu núcleo de apoio, ao sistema tributário. Suas emendas, no entanto, não se restringirão a este tema. Segundo o Líder do Governo no Senado, Saldanha Derzi (PMDB-MT), cada Ministério fará um estudo e, definidas as supressões do seu interesse, as emendas serão distribuídas aos constituintes governistas.

O principal objetivo da esquerda é acabar com a proibição de desapropriação de terras produtivas.

Mas uma das emendas preparadas pelo Líder do PMDB na Câmara, Ibsen Pinheiro (RS), tem o objetivo de corrigir o texto que trata da posse dos novos Prefeitos, marcada para o dia 31 de janeiro quando o mandato dos anteriores termina em 31 de dezembro. Curioso, porém, foi a solução encontrada por Ibsen: suprimir o algarismo 3. Assim, a posse passará a ser no dia primeiro de janeiro e o cargo não ficará vago um dia sequer. Será, certamente, a menor de todas as supressões.



Mozar mostra, com orgulho, as prateleiras repletas de pastas numeradas

## O zeloso guardador do texto constitucional

BRASÍLIA — Um minuto após o encerramento de cada sessão, começa o cuidadoso ritual de um funcionário muito especial: o assessor da Secretaria Geral da Constituinte, Mozar Viana, que recolhe os textos aprovados a cada dia e leva-os para seu gabinete, no fundo do corredor do Anexo II do prédio da Câmara dos Deputados. Lá, ele coloca toda a papelada em pastas, que guarda em dois armários de madeira, com fechaduras do tipo comum. Um único detalhe garante a proteção de material tão importante: só o zeloso Mozar Viana possui as chaves.

É neste local de fácil acesso e sem maiores requintes de segurança, que tem sido guardado o produto dos últimos 15 meses de votações na Assembléia Nacional Constituinte. No entanto, o metucioso assessor da Secretaria Geral garante que tudo está muito bem protegido.

Ele explica que cada folha recebe um número próprio e, na capa de cada uma das pastas, ele anota a quantidade de páginas contidas no interior. Se alguma folha por acaso for retirada, a fraude será descoberta com facilidade.

A Mozar compete coordenar as tarefas mais burocráticas — recebimento de emendas, destaques, preferências, identificação e reendereçamento de outras, além da preparação do material para a votação e publicação. Mas ele não se cansa, nem reclama do trabalho. Orgulhoso, o assessor recorda que, até agora, nenhum documento foi extraviado. Nem mesmo há alguns meses, quando foram apresentadas 35 mil emendas à Comissão de Sistematização.

— Quanto aos textos já votados, esta possibilidade praticamente inexistente — garante Mozar Viana.